

Nova administração herdará questões polêmicas para resolver

Lista dos temas está sendo elaborada em conjunto com os ministérios

LU AIKO OTTA
e GUSTAVO PAUL

BRASÍLIA - A futura equipe econômica receberá de herança do atual governo um conjunto de temas econômicos polêmicos, além de questões macroeconômicas como dívida pública e dependência externa. São assuntos variados e importantes para o desenvolvimento da infra-estrutura e da economia do País, que envolvem investimentos bilionários.

Dentro da estrutura de transição que está sendo coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, a lista dessa herança está sendo elaborada junto a cada ministério. O objetivo é fornecer todos os dados para que o futuro governo tenha influência e conhecimento das decisões que serão obrigatórias este ano e não seja pego de surpresa ao assumir. A seguir alguns itens dessa lista.

■ TV Digital --

A escolha da TV digital será condicionada à concessão de contrapartidas econômicas por parte dos países detentores da tecnologia escolhida - estão na disputa os padrões europeu, americano e japonês. Para o atual governo, se o Brasil vai abrir um mercado bilionário, que envolve a troca gradual de todos os aparelhos de televisão ao longo de dez anos, além de equipamentos de produção e transmissão para a TV digital, deve receber em troca benefícios econômicos.

■ Angra 3 - Caberá ao novo governo decidir o que fazer com o projeto de construção da usina nuclear de Angra 3, cujos equipamentos já foram adquiridos e estão estocados no canteiro de obras do complexo nuclear de Angra dos Reis. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu manter em andamento os estudos de viabilidade, de modo que será possível tomar uma decisão em maio. Na prática, a equipe de Fernando Henrique concluiu que o projeto deve ser sepultado, mas deixou resolução para o futuro governo.

■ Tarifas Elétricas - Outro tema que está ocupando os técnicos, mas que só deverá ter um desfecho em 2003 é a revisão tarifária periódica do setor elétrico. As concessionárias poderão rever suas tarifas visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas. Essa revisão está prevista nos contratos, mas há uma discussão sobre qual parâmetro será utilizado para determinar a referência se a empresa está equilibrada do ponto de vista financeiro ou não.

■ Ações do BB - O governo decidiu leiloar parte das suas ações do Banco do Brasil, permitindo que os trabalhadores as comprem com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). São ações que excedem o necessário para o governo manter o controle sobre a instituição. No entanto, há dúvidas sobre se a venda poderá ser efetuada neste ano. O nervosismo no mercado e a crise na economia mundial deprimiram o mercado acionário. Portanto, não é momento para colocar as ações à venda, pois o retorno será ruim. Segundo um integrante da área econômica, o

governo não terá problemas em postergar o leilão, se necessário.

■ CPMF - O próximo governo terá de lidar com o fato que a alíquota da CPMF cairá dos atuais 0,38% para 0,08%, em 2004. Portanto, se

rá necessário encontrar uma maneira de cobrir o "buraco" que se abrirá nas receitas. Ou se prorroga a alíquota mais alta da CPMF, ou se cortam gastos, ou se acha alguma outra fonte de receita para substituir a CPMF.

■ DRU - A DRU é um importante instrumento para o governo driblar a rigidez na aplicação das receitas, que em sua maioria têm usos específicos. A DRU permite "descarimbar" até 20% desses recursos, dando mais flexibilidade para colocar o dinheiro do governo em áreas prioritárias.

■ IRPF - Há problemas do próximo governo que terão de ser resolvidos na atual administração. Um deles é a manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Se nada for feito, a alíquota será reduzida para 25% a partir de janeiro. A nova alíquota terá de ser aprovada até dezembro.

TARIFA DE
ENERGIA ESTÁ
ENTRE AS
PENDÊNCIAS